

O Papel das Tecnologias Digitais no Desenvolvimento das Comunidades Rurais: O Estudo de Caso Múltiplo de “Bioliving” e “Bons Sons”¹

The Role of Digital Technologies in the Development of Rural Communities: A Multiple Case Study of “Bioliving” and “Bons Sons”

Oksana Tymoshchuk

oksana@ua.pt

Digimedia - Digital Media and Interaction, Department of Communication and Art, University of Aveiro

Denis Reno

denis.reno@ua.pt

Digimedia - Digital Media and Interaction, Department of Communication and Art, University of Aveiro

Paula Alexandra Silva

pags@ua.pt

Digimedia - Digital Media and Interaction, Department of Communication and Art, University of Aveiro

Ana Margarida Almeida

marga@ua.pt

Digimedia - Digital Media and Interaction, Department of Communication and Art, University of Aveiro

Luis Pedro

lpedro@ua.pt

Digimedia - Digital Media and Interaction, Department of Communication and Art, University of Aveiro

Fernando Ramos

fernando.ramos@ua.pt

Digimedia - Digital Media and Interaction, Department of Communication and Art, University of Aveiro

¹ Este artigo foi elaborado no âmbito do Programa Integrado de IC&DT “CeNTER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial” (CENTRO-01-0145-FEDER-000002), financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO 2020), PT2020.

Abstract/ Resumo

This article reports on the experience of two community-led initiatives, "BioLiving" and "Bons Sons", as an example of good practices for the mobilization of regional endogenous potential to promote the development processes of Portuguese center region. The objective of this study is to understand the role that digital technologies can play in the process of territorial innovation. This study contributes to an analytical view of social network management practices, extracting the recommendations for the effective consolidation of strategies aimed at promoting initiative capacity and entrepreneurship of local communities and the economic valuation of endogenous resources.

Keywords: Digital Technologies, Territorial Innovation; Rural Communities, Mediation Strategies

JEL Codes: O33; P25; P32; Q55; R58

Este artigo relata a experiência de duas iniciativas de base comunitária, "BioLiving" e "Bons Sons", como exemplo das boas práticas de mobilização do potencial endógeno regional para a promoção dos processos de desenvolvimento da região centro de Portugal. O principal objetivo foi compreender o papel que as tecnologias digitais podem desempenhar no processo de inovação territorial. Este estudo contribui para uma visão analítica sobre as práticas de gestão das redes sociais, extraíndo as recomendações para a consolidação efetiva de estratégias que visam a promoção da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo das comunidades locais e a valorização económica dos recursos endógenos.

Palavra chave: Tecnologias Digitais, Inovação Territorial; Comunidades rurais, Estratégias de Mediação

Códigos JEL: O33; P25; P32; Q55; R58

1. INTRODUÇÃO

As dinâmicas demográficas registadas nas últimas décadas em Portugal revelam que dois terços do território nacional estão ameaçados de despovoamento e do conseqüente declínio das atividades económicas. Vários estudos recentes evidenciam (Etuk 2013; Reis 2012) que as comunidades rurais estão cada vez mais isoladas socialmente, caracterizando-se pelo envelhecimento das populações e pela baixa escolaridade, na medida em que os jovens se deslocam para áreas urbanas à procura de melhores oportunidades de formação e emprego.

Conforme refere Reis (2012), existe uma tendência para delinear estratégias para a promoção do desenvolvimento de zonas rurais com base em pressupostos seguidos para o desenvolvimento dos locais urbanizados. Essas medidas, muitas vezes, não preveem um envolvimento da população local, provocando um sentimento de perda de pertença e autenticidade destes territórios, bem com uma potencial mudança dos hábitos quotidianos dos seus habitantes.

Para contrariar as dinâmicas regressivas nestes territórios é necessário que sejam implementadas estratégias que visem a mobilização do "potencial endógeno", a promoção da capacidade

de de iniciativa e de empreendedorismo e o incentivo à criatividade e à inovação nas comunidades locais (Etuk 2013; Henriques, 2013; Ferreira 2016). Saliente-se que o desenvolvimento do território é um processo complexo que resulta de uma ação coletiva intencional promovida por um conjunto de atores e de organizações (empresas, universidades, centros de investigação, órgãos do governo local, *Organizações não Governamentais* - ONGs), que interagem para estimular a inovação (Morgan, 1997).

Neste estudo, assumimos o conceito de território como uma área geográfica (região, Estado ou Nação) que não só possui características comuns, por exemplo, ao nível da sua história e cultura, como também partilha uma estrutura institucional (sistema educacional, sistema de comunicação, e afins) bem como instituições públicas, sobre as quais recai a responsabilidade da tomada de decisões (Molina, Olaizola, Iruarizaga & Castellanos, 2013).

A inovação de base territorial pressupõe, portanto, o desenvolvimento de um conjunto de processos e metodologias que permitam melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e reduzir as desigualdades entre elas, contri-

buindo para a sustentabilidade da comunidade e para a coesão do país (Farfus & Rocha 2007). Neste contexto, a participação da comunidade local tem um papel relevante na procura das estratégias e soluções mais adequadas para eliminar as restrições e barreiras interpostas ao seu crescimento, proporcionando desenvolvimento de um território mais equilibrado.

Do ponto de vista das atividades de inovação, existem muitas definições teóricas que caracterizam a comunidade como “um espaço simbólico que enquadra o sentimento de pertença das pessoas” (Kurantowicz 2008: 55) ou como “uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal - baseia-se num sentido de solidariedade, que se traduz no resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos seus participantes” (Weber 1987: 77). Para Wenger, MCDermott e Snyder (2002) uma comunidade implica que um grupo de pessoas partilhe interesses, preocupações e motivações sobre um determinado assunto, interagindo de uma forma ativa para aprofundar o conhecimento nessa mesma área. Dias (2008) acrescenta que uma comunidade se constitui como um espaço de partilha de objetivos, valores e normas, dotado de história de intencionalidade social, de identidade e de emoções.

A existência de vários pontos de vista sobre o conceito de comunidade comprova que estamos perante um fenómeno muito complexo. Para trazer alguma clareza a esta questão, tendo como base os conceitos de comunidade existentes, neste estudo, definimos comunidade como um grupo de pessoas que partilham afinidades e que, voluntariamente, desenvolvem ações conjuntas, em ambiente físico e/ou digital/virtual, no contexto de um território e que produzem, ressignificam e partilham informação relevante para o desenvolvimento desse território.

Uma nova perceção sobre a participação da comunidade no desenvolvimento de território visa fornecer aos cidadãos direitos reais de envolvimento, definindo-os como criadores e modeladores, com o direito de participação na tomada de decisões da vida social, económica, cultural e política (Malek & Costa 2014). Como salientam Timothy e Tosun (2003), a comunidade local tem mais probabilidade de saber “o que vai, ou não funcionar” dentro das suas condições locais, podendo deste modo acrescentar um valor potencial ao processo de democratização da participação, aumentando a consciencialização, a preocupação e o interesse em questões locais e regionais.

Como referem vários autores, o termo “iniciativa de base comunitária” não pretende descrever uma estrutura institucional específica (Gau *et al.* 2014; Peredo e Chrisman 2006). Seyfang & Smith (2007) referem-se a este tipo de iniciativas como ‘*grassroots innovations*’, que apresentam “*networks of activists and organisations generating novel bottom-up solutions for sustainable development; solutions that respond to the local situation and the interests and values of the communities involved*” (p.585).

Amorim (2015) menciona que a maioria destas iniciativas envolvem, no desenvolvimento das suas atividades, vários atores das esferas pública e privada no desenho de novos produtos e serviços, promovendo a inovação social da região.

O desafio de fortalecer as iniciativas de base comunitária para adquirirem o controlo sobre o seu desenvolvimento depende, em grande parte, da capacidade dos líderes comunitários em criarem redes sociais, envolvendo os residentes e mobilizando os recursos externos e internos para atividades locais (Brown & Nylander 2009; Marré & Weber 2010). Estas redes permitem que diferentes grupos de pessoas e organizações trabalhem coletivamente para um objetivo comum, organizando estratégias e partilhando recursos (La Due Lake & Huckfeldt 1998).

Nesse contexto, as ferramentas on-line podem proporcionar às comunidades das áreas mais remotas a oportunidade de melhorarem as suas capacidades a fim de encontrarem soluções para os problemas locais e, em pouco tempo, adquirirem novas competências e conhecimentos (Townsend, *et al.* 2013; Komninos 2008). Como referem Verona *et al.* (2006), a Internet permite a criação de múltiplos ambientes colaborativos online que proporcionam, às comunidades e empresas de diferentes partes do mundo, a oportunidade de trabalharem em conjunto, constituindo um intercâmbio de partilha de boas práticas e facilitando assim os fluxos de conhecimento e inovação.

Desde modo, as tecnologias digitais podem ser particularmente úteis para ajudar a recriar uma “proximidade virtual” entre os vários participantes do processo de desenvolvimento territorial. Podem oferecer às comunidades rurais ferramentas de comunicação, armazenamento, distribuição de informação e de partilha de conhecimentos e recursos, facilitando processos colaborativos de desenvolvimento de produ-

tos/serviços, valorizando os recursos endógenos e promovendo as diferentes competências e capacidades associadas a um território específico (Komninos 2008).

Vários autores mencionam que a utilização efetiva das tecnologias digitais por uma comunidade depende de vários fatores, tais como: a existência de equipamentos e de infraestruturas de telecomunicações digitais (Brown & Nylander 2009; Marré & Weber 2010); um bom nível de competências digitais dos utilizadores e a prontidão tecnológica dos seus membros para abraçar e usar tecnologias para atingirem os seus objetivos (Lucas & Moreira 2016; Parasuraman & Colby 2015).

Diversos estudos (Brown & Nylander 2009; Marré & Weber 2010) constataam que as infraestruturas e aplicações de telecomunicações digitais ainda não estão disponíveis em muitas áreas rurais, que continuam a estar “não servidas ou não atendidas”, sendo, portanto, desfavorecidas. Esta exclusão digital restringe a capacidade de crescimento económico, social e cultural das comunidades locais, levantando uma série de questões sobre a viabilidade económica e a sustentabilidade a longo prazo das comunidades rurais, bem como a resiliência dos seus habitantes.

Saliente-se que, segundo o inquérito da Comissão Europeia “*Information and Communication Technologies in households and by individuals*” (2016), 26% de população portuguesa nunca utilizou a Internet. O inquérito concluiu ainda que este número diminuiu nos últimos anos em Portugal, contudo é ainda um valor elevado (26%), quando comparado com a média da União Europeia (UE) (14%).

Consideramos, portanto, importante realizar uma breve caracterização desta população. O relatório da ANACOM (2017) constata que grande parte dos indivíduos que nunca utilizaram a Internet são residentes em áreas menos povoadas, sendo que 35% destes indivíduos reside em povoações com menos de 100 habitantes.

Para além da questão geográfica, a não utilização de serviços de Internet em Portugal está ainda associada à faixa etária, ao nível de escolaridade e à condição perante o trabalho. A proporção dos residentes em Portugal com menor nível de escolaridade ou em situação de reforma que nunca utilizaram a Internet mostrou-se elevada (43% e 59%, respetivamente) e superior aos valores registados na UE. Existe também uma maior tendência para os indivíduos de

idades mais avançadas nunca terem utilizado a Internet.

Segundo este relatório, o motivo mais referido pelos agregados familiares para não terem acesso à Internet em Portugal relaciona-se com questões de “literacia digital” (69%) e “falta de interesse” (45%). Importa referir que Portugal é o segundo país da UE onde o motivo “literacia digital” é mais elevado. Motivos como “custos de equipamento elevados” (39%) e “custos de acesso elevados” (36%) também foram mencionados com frequência, ocupando Portugal o terceiro lugar do *ranking* europeu nestes fatores concretos.

Os dados referidos nestes relatórios permitem-nos concluir que as comunidades rurais ainda sofrem desvantagens económicas e sociais devido a problemas de distância e afastamento. As tecnologias digitais podem beneficiar estas comunidades, ligando pessoas, empresas e serviços. No entanto, paradoxalmente, o isolamento rural é amplificado pelo cenário tecnológico. As comunidades rurais enfrentam problemas tanto em termos de tecnologias de acesso à banda larga e de equipamentos, como da disposição ou da capacidade dos residentes em adoptá-las. Entretanto, como referem Bonomi *et al.* (2017), são quase inexistentes os estudos sobre o papel da tecnologia na viabilização de iniciativas comunitárias. Estes autores indicam que os académicos precisam de adoptar novas “lentes” teóricas para analisar adequadamente o papel das tecnologias digitais nos processos de inovação territorial e empreendedorismo social.

Deste modo, este artigo procura demonstrar como as comunidades rurais estão a superar desafios e como adoptam as tecnologias digitais quando estão disponíveis.

2. METODOLOGIA

O presente estudo decorreu no âmbito do Projeto “CeNTER”, desenvolvido pela Universidade de Aveiro, que tem como objetivo principal contribuir para a investigação na área dos Sistemas de Inovação Territorial através do estudo e da análise das dinâmicas entre os diferentes atores regionais (instituições públicas, empresas e comunidades), envolvidos no desenvolvimento regional. Este projeto lança ainda a proposta de um novo quadro para avaliar as capacidades de inovação territoriais a nível regional, considerando as particularidades da região Centro do país.

Com o intuito de conhecer em profundidade

as boas práticas inovadoras de base comunitária da região do Centro de Portugal e compreender o papel que as tecnologias digitais estão a desempenhar no processo de inovação territorial, foram realizadas entrevistas aos dinamizadores de duas iniciativas de base comunitária: a associação “BioLiving” e a associação SCOCS (Sport Club Operário de Cem Soldos), que organiza o festival “Bons Sons”.

Deste modo, a metodologia adotada neste estudo foi o estudo de casos múltiplos que, segundo Gil (2008: 139), “proporciona evidências inseridas em diferentes contextos, concorrendo para a elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade”. É um estudo de caráter descritivo e qualitativo, que é mais adequado para a “investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado, com a preocupação primordial de os entender, em toda a sua profundidade” (Gonçalves & Meirelles 2002: 46).

De acordo com os objetivos da investigação, elaborámos um guião de entrevista baseado na revisão de literatura e na utilização de duas ferramentas, que serviram para inspirar a formulação de perguntas sobre a relação da comunidade com a tecnologia: o TRI 2.0 - *Technology Readiness Index*, uma escala de avaliação de prontidão tecnológica (Parasuraman & Colby 2015); e o DigComp 2.1 - Quadro de referência europeu para o desenvolvimento e compreensão da competência digital (Lucas & Moreira 2017).

O guião de entrevista semiestruturada, foi organizado em três dimensões principais, com respetivos indicadores:

i) Organização - aborda os aspetos organizacionais da comunidade, como estrutura, liderança, definição de objetivos estratégicos, flexibilidade e proatividade da rede comunitária (Bortolaso, Verschoore & Antunes 2013; Davis 1989; Verschoore & Balestrin 2008).

ii) Dinâmicas de mediação - visa averiguar as dinâmicas de mediação da comunidade e estratégias de mediação utilizadas para promover a colaboração, cooperação, interação e relacionamentos entre os membros (Davis 1989; Graells 2000; Verschoore & Balestrin 2008);

iii) Papel das tecnologias digitais - examina as tecnologias que a comunidade utiliza com o objetivo de identificar as ferramentas, os recursos e as plataformas que a comunidade usa, bem como a predisposição e as competências dos participantes no uso das tecnologias digitais (Davis 1989; Lucas & Moreira 2017;

Parasuraman & Colby 2015; Verschoore & Balestrin 2008; Wenger, White & Smith 2009).

A primeira entrevista foi realizada em novembro de 2017, ao coordenador da associação SCOCS, que também assume o cargo do Diretor artístico do Festival Bons Sons, promovido por esta associação. A segunda entrevista foi feita em janeiro de 2018 à coordenadora do projeto “BioLiving”.

Ambas as entrevistas tiveram uma duração de cerca de 40 minutos e foram gravadas e transcritas na íntegra. A análise qualitativa das entrevistas foi realizada coletivamente pelos investigadores e o processo de análise e interpretação foi orientado pelas dimensões do guião de entrevista apresentadas anteriormente.

3. PROJETOS COMUNITÁRIOS

A escolha da amostra foi intencional. Os projetos “BioLiving” e “Bons Sons” foram selecionados por serem duas iniciativas de base comunitária com atuação na região Centro de Portugal e como exemplos de excelência na sua atuação sustentável e inovadora em territórios de caráter rural. A informação recolhida em diversas publicações e em artigos de revistas e jornais permitiu-nos confirmar a adequação da seleção dos casos e realizar uma primeira caracterização destes projetos, que apresentamos a seguir.

3.1 “Bons Sons”

O “Bons Sons” é um festival de música portuguesa organizado por uma associação local - o SCOCS, que se realiza em Cem Soldos, uma aldeia que possui cerca de 600 habitantes, localizada no concelho de Tomar, na Região Centro de Portugal. Entre os principais objetivos do festival contam-se, por um lado, a divulgação da música portuguesa, apresentando um leque de artistas altamente diversificado, desde músicos famosos a projetos emergentes. Por outro lado, este projeto pretende a promoção e o desenvolvimento da aldeia, mantendo os habitantes mais jovens na comunidade e impulsionando a economia local.

Desde o seu início em 2006, a equipa dos “Bons Sons” transformou uma festa local num evento cultural de renome, que cresceu desde a sua primeira edição, recebendo, atualmente, cerca de 35 mil pessoas por ano. De acordo com a informação disponibilizada no site, o festival

já recebeu mais de 200 bandas e 237 concertos e contou com cerca de 206.000 participantes.

O festival tem uma presença online ativa através do site², que expõe a ideia do projeto, apresenta os artistas do cartaz, descreve o propósito de cada palco, permitindo ainda relembrar edições anteriores e divulgando fotos e vídeos. São também disponibilizadas informações de orientação de como chegar à aldeia, pelo acesso a um mapa do recinto e dos serviços de apoio geral. Possibilita, também, a aquisição de ingressos e permite fazer reservas de alojamento local.

Desde 2016 são disponibilizadas, também, informações sobre o festival através da aplicação móvel "Bons Sons". O impacto e a história do projeto "Bons Sons" torna-o um estudo de caso convincente, pois a compreensão e as razões do seu sucesso podem dar lugar à replicação das suas estratégias e ações em outras áreas, mais próximas ou remotas, com potencial semelhante.

O mérito do "Bons Sons" foi reconhecido com vários prémios tanto a nível nacional, como internacional: o prémio "Boas Práticas Associativas" (2013), o prémio "Festival Mais Sustentável" do concurso Portugal Festival Awards (2014), os prémios de "Melhor Festival Médio" e de "Contribuição para a Sustentabilidade" (2015 e 2016), o prémio de "Melhor alinhamento" e de "Melhor hospitalidade e recepção" no Iberian Festival Awards (2017) e o prémio Sê-lo Verde (2017).

3.2 BioLiving

A associação "BioLiving" é uma iniciativa de base comunitária, que promove ações de conservação da natureza e ações de sensibilização e formação ambiental em zonas rurais da Região Centro de Portugal. A associação nasceu em 2015 a partir do projeto "BIO Somos Todos" e está sediada em Frossos, concelho de Albergaria-a-Velha. O projeto BioLiving tem como objetivo principal promover a proteção da natureza e a preservação das áreas florestais e da biodiversidade.

A associação visa incentivar a cidadania ambiental, utilizando como mote a educação. Saliente-se que o projeto BioLiving promove o envolvimento de vários públicos (voluntários, visitantes, residentes e instituições públicas e privadas) nas atividades práticas de conservação,

incluindo o apoio ao controlo de plantas invasoras, a recolha e propagação de sementes, entre outras.

A associação tem uma presença online dinâmica através das suas páginas na rede social Facebook³ e no Instagram, que apresentam informação sobre as atividades desenvolvidas pela associação, divulgam fotos e vídeos. A página do Facebook também permite fazer comentários e inscrições para os eventos organizados pela associação.

Este projeto foi distinguido com o prémio Terre de Femmes (2015) nacional e internacional e ainda pela escolha do público, sendo assim apoiado pela Fundação Yves Rocher - Institut de France.

Deste modo, estamos perante duas iniciativas de base comunitária que desenvolvem as suas atividades em zonas rurais de baixa densidade e procuram estimular atividades que valorizem e incrementem o uso sensato dos recursos endógenos, defendendo a integridade da comunidade local, criando impactos sociais, culturais e ambientais positivos.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo de caso múltiplo baseou-se em duas entrevistas semiestruturadas, uma à coordenadora da associação "BioLiving" referida neste artigo como CBL e outra ao coordenador da associação SCOCS, o qual assume ao mesmo tempo as funções de diretor artístico do festival Bons Sons, referido neste artigo como DBS.

Esta seção relata uma análise comparativa dos resultados de ambas as entrevistas. As dimensões da análise estão alinhadas com o guião da entrevista constituído por três dimensões: organização comunitária (estrutura, liderança, definição de objetivos estratégicos, flexibilidade e proatividade da rede comunitária); dinâmica de mediação (colaboração, cooperação, interação e relacionamento entre os participantes) e tecnologia digital (ferramentas, recursos e plataformas).

4.1 Organização das comunidades

As iniciativas de base comunitária são estruturas complexas. Neste sentido, é importante perceber de que modo cada organização está estruturada, os papéis desempenhados pelos

² <http://www.bonssons.com/>

³ <https://www.facebook.com/associacaoBioLiving/>

indivíduos chave e o seu relacionamento com a equipa, a forma como o trabalho é organizado, o grau de envolvimento das pessoas e a forma como a própria organização aprende e partilha o conhecimento (Tidd, Bessant & Pavitt 2003).

Com esse objetivo, tentámos perceber na primeira dimensão (“Organização”) de que modo as iniciativas definiam as suas estratégias e objetivos, o tipo de liderança existente dentro da comunidade, a estrutura organizacional, a abertura às novas ideias, as iniciativas e a criatividade.

A avaliação comparativa entre os dados recolhidos nas duas entrevistas realizadas permite concluir que as duas comunidades são associações sem fins lucrativos com o estatuto de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e que são constituídas, principalmente, por voluntários e geridas por equipas de coordenação.

No caso do projeto BioLiving, a iniciativa nasceu em 2015 de um projeto que promoveu a criação do serviço educativo da Mata do Buçaco. A CBL referiu que começou sozinha, mas conseguiu facilmente envolver várias pessoas que para “além de partilharem estes valores, tivessem espírito de iniciativa e revelassem vontade de participar, sabendo que era realmente trabalho voluntário para a comunidade”. A comunidade rapidamente cresceu, não dando para “continuar sozinha” sendo agora a associação constituída por uma equipa de cerca de 12 pessoas a trabalhar nestes assuntos, voluntariamente, todos os dias.

A definição das estratégias e objetivos da associação foi um processo democrático. De acordo com a CBL, a equipa definiu os principais objetivos, tais como levar a cabo “ações de conservação da natureza, envolvendo sempre as pessoas e tentando informá-las e sensibilizá-las para a preservação das espécies existentes, sobre o modo de colaborar nas ações simples do quotidiano, ajudando a preservar a natureza”.

No caso do “Bons Sons”, o diretor do festival também mencionou que a equipa organizadora, na sua maioria, é constituída por voluntários que têm uma relação umbilical muito forte com o lugar. O DBS referiu que em 2006 os jovens da aldeia, que na altura começaram os seus estudos nas universidades, aperceberam-se que na aldeia “havia uma história diferente para contar” e que precisavam de começar a trabalhar e a fazer “a diferença na aldeia”. E quando chegou a altura de repensar a festa de arraial tradicional, definiram em conjunto uma nova

estratégia: “viver a aldeia, mas uma aldeia nossa, de hoje, que no fundo respeitasse também as experiências das novas gerações, que gostavam do lugar, que tinham essa referência, que é muito importante, mas tinham outros ensaios”.

Saliente-se que os dois entrevistados mencionaram a existência de uma equipa multidisciplinar que lidera a comunidade, com funções e responsabilidades bem definidos de acordo com o seu ramo de especialização, o que permite a realização de um trabalho mais completo.

De acordo com o DBS, a equipa foi crescendo “na medida em que o festival também foi exigindo esse crescimento e na medida em que nós fomos crescendo, o festival foi crescendo também”. Neste momento a associação tem uma equipa dividida em quatro áreas estratégicas com funções bem definidas, coordenadas por uma direção que é muito restrita. Segundo referiu o entrevistado, embora a maioria dos participantes sejam voluntários, cada um tem dentro da organização do festival “as suas funções, os seus cargos de responsabilização e a relação é sempre muito horizontal na dinâmica, sendo que cada um assume as suas responsabilidades”.

A existência de uma liderança partilhada também foi mencionada pela CBL: “eu já não me considero a única líder da associação”, a tomada de decisão... é sempre um processo participativo de todos, não são só os líderes formais que decidem”.

Entre as estratégias de organização do trabalho aplicadas para melhorar a responsabilidade e a partilha do poder de decisão, a coordenadora do BioLiving referiu:

- Transparência dentro da comunidade. Esta transparência é de máxima importância para um bom funcionamento da comunidade, para que “ninguém desconfie e esteja toda gente ciente de como nós nos organizamos e como é que funcionamos”, menciona a CBL. A entrevistada salientou, que dentro da comunidade “há uma transparência a todos os níveis, quer na tomada de decisão, quer dos processos de candidatura que, por exemplo, fazemos, quer nos pagamentos que temos de fazer ou que recebemos (...)”.

- Organização de reuniões regulares, no mínimo mensais. Como refere a CBL, estas reuniões são muito importantes para que as pessoas se sintam envolvidas - “para que haja participação e estejam a par, mesmo sobre os projetos que não estão a seu cargo, mas é importante que

saibam em que pé, em que ponto de situação estão os assuntos”.

Já o diretor dos Bons Sons referiu as seguintes estratégias:

- Respeito pelos recursos humanos. Como menciona o DBS, este é um aspeto de extrema importância - “as pessoas têm que perceber que são uma peça de uma máquina enorme, e aquela peça é essencial para aquela máquina funcionar”. Deste modo, as pessoas percebem efetivamente que, ao participar neste tipo de projetos, estão a crescer e a trabalhar numa lógica de formação não formal.

- Valorização do trabalho voluntário. De acordo com o DBS, o voluntariado tem que vir de “uma necessidade, de uma vontade daquela pessoa. Ela tem que perceber o que vai ganhar com aquele projeto, mas também nós temos de perceber o quanto ela vai contribuir para o projeto”. É importante adaptar o projeto às capacidades da pessoa e não o contrário, referiu o entrevistado.

- Existência das metas imediatas e bem definidas. Como refere o DBS, é importante que a pessoa saiba concretamente a sua função e como a vai concretizar. “Portanto tem que haver uma escadinha com degraus muito pequenos para haver um estímulo constante e também uma noção de orientação”.

Os dois entrevistados atribuíram importância à existência de momentos informais de convívio e diversão. Como referiu a CBL, “um método que funciona sempre muito bem é envolver os voluntários em algum convívio, que não seja só trabalho. Por exemplo, partilhar um almoço, fazer um churrasco, e depois tratar dos assuntos de trabalho. É muito importante, que haja convívio, e não sejam só os laços de trabalho, mas também os laços sociais que nos unam”. “Trabalhar, tem que ser divertido, tem que ser bom”, salienta o DBS.

Os dois entrevistados evidenciaram a existência de uma grande abertura às novas ideias, iniciativas e criatividade dentro das comunidades. Como referiu o DBS “tentar pensar fora da caixa é para nós muito importante”, embora não exista uma estratégia fixa, em cada ano, “há um refletir que responde ao que nós sentimos, de que ainda estamos aquém das nossas expectativas”.

4.2 Dinâmicas de mediação

Com a segunda dimensão, “Dinâmicas de mediação”, tentámos perceber de que modo as

iniciativas promovem a interação, o relacionamento e a coesão interna da comunidade, a colaboração e a construção partilhada do conhecimento, bem como a cooperação na resolução conjunta de problemas.

Relativamente às estratégias e métodos utilizados para estimular a criatividade entre os participantes, os dois entrevistados referiram: sessões de *Brainstorming* criativo que envolvem os parceiros, reuniões presenciais regulares e momentos de formação. A CBL também referiu a importância de “ver outros exemplos” de boas práticas, partilhá-los com os colegas e, se for possível, tentar aplicá-los nas suas atividades. Saliente-se que os dois entrevistados valorizaram a importância de “pensar a nível internacional”, criando “momentos de *networking* internacional” (DBS) ou “intercâmbios com o estrangeiro o mais possível” (CBL).

Relativamente às dinâmicas de mediação aplicadas para promover a interação, o relacionamento e a criação de sinergias dentro da comunidade os dois entrevistados destacaram:

- A importância de se ter uma missão e um bom discurso em que toda comunidade acredita. “Nós dizemos que somos uma aldeia que acredita e por acreditar faz. O acreditar é essencial para a concretização”, destaca o DBS. Por sua vez, a CBL relatou que ter uma “paixão partilhada pelo nosso objeto de trabalho une-nos muito, e depois ver as coisas acontecerem e ver o trabalho feito é realmente um *team building* muito eficaz”.

- A importância da criação de empatia em várias dimensões. Com refere o DBS, é importante que “as pessoas consigam envolver-se e criar uma grande empatia em várias dimensões: o próprio público que vai é especial, os músicos quando sobem ao palco são especiais. Criarmos a noção de que o encontro é essencial para a cultura”. A criação de empatia é essencial, porque “temos pessoas com perfis muito diferentes”, acrescenta a CBL.

- A importância da criação de relações interpessoais e de amizade entre os participantes. A CBL referiu que “as relações pessoais são muito importantes e deve haver aqui um certo grau de amizade entre todos”. O DBS mencionou: “nós vamos sempre trabalhar nesta lógica muito de camaradagem”, destacando a importância de preservar as amizades dentro da comunidade.

- A importância de incentivar os participantes a assumirem responsabilidades e a tomarem iniciativas. Como menciona a CBL, os participantes, mesmo aqueles que não pertencem à

coordenação, são autonomizados para liderarem os subprojetos por eles propostos. “Nós internamente dizemos: lançaste este barco ao mar, agora és o capitão”. O DBS referiu também que é necessário que as pessoas “percebam o projeto, se sintam e revejam no projeto”.

Relativamente às estratégias aplicadas para promover a colaboração e a cooperação, os entrevistados evidenciaram que é fundamental:

- Fazer os *briefings* prévios sobre “as coisas e discutir exatamente o programa que vai acontecer, quer tenha sido discutido nas vésperas, quer esteja disponibilizado no suporte online, para as pessoas se socorrerem dele” menciona a BL.

- Desenvolver formações e sessões de esclarecimento para melhorar as competências de equipa. Conforme refere o DBS, costumam ser organizados momentos de formação todos os anos: “temos sempre momentos de formação, quer seja mais de *Brainstorming* criativo, quer seja mais prático”.

- Trabalhar em parceria com várias iniciativas comunitárias. A CBL referiu que tentam trabalhar o mais possível em parceria com “outras associações como nós, reunindo assim esforços”. Como refere o DBS “chamamos vários parceiros do país inteiro que trabalham a fauna, a flora e outros projetos culturais, que defendem princípios semelhantes aos nossos”. Estas parcerias ajudam a promover vários projetos novos em conjunto, além de mostrar que as nossas dificuldades não são só nossas, mas são também dos outros”, acrescenta o entrevistado.

- Criar parcerias com órgãos locais governamentais, como Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias e com as universidades. Como refere a CBL, praticamente tudo o que a associação realizou foi feito em parceria, salientando que no primeiro inverno de existência “plantámos cinco mil árvores e não tínhamos na altura uma única enxada. Fizemos acontecer isso porque envolvemos sempre as Juntas de Freguesia ou as Câmaras Municipais e a própria comunidade local, nas plantações que íamos fazer”. O DBS também referiu, “algumas Câmaras até já nos pediram ajuda para partilhar conhecimentos de como trabalhar com voluntários, como montar um plano de voluntário, que condições temos que dar ao voluntário.”

4.3 Tecnologias digitais

Na terceira dimensão tentámos perceber de que forma as comunidades utilizam as

tecnologias digitais, o tipo de acesso à Internet que os membros do projeto têm, o tipo de atitudes que predominam dentro do grupo relativamente à utilização dos meios digitais e o nível de competência digital dos participantes.

Tentámos também recolher estratégias e recursos aplicados para desenvolver ou melhorar as competências digitais dos participantes da comunidade.

Relativamente às tecnologias digitais, ambos os entrevistados demonstraram que valorizam o seu uso nos processos de mediação dos projetos. Como referiu o DBS, as tecnologias digitais permitem criar redes, que são imprescindíveis para “contactar não só com grupos e com músicos, pesquisar o essencial para atingir uma programação mais vasta e de excelência”. É através das redes que a equipa do Bons Sons consegue conhecer e ajudar os projetos mais embrionários. “A nossa dispersão geográfica diminui graças às tecnologias, e além disso elas são uma forma de envolver as pessoas com os nossos materiais digitais que permitem ter um discurso direto para o público o que é muito importante” acrescenta o DBS.

Os dados recolhidos nas duas entrevistas evidenciam que o modo como estão a ser utilizadas as tecnologias digitais evoluiu com o crescimento das comunidades e com o desenvolvimento das tecnologias.

Esta evolução é mais evidente no caso do Bons Sons, uma iniciativa que já tem mais de uma década de história. Como referiu o DBS, quando o festival se iniciou “não havia Facebook. Há 11 anos eu tinha um mail, que se chamava *mail.pt*, que já nem existe”. O entrevistado recorda-se que, na altura, o uso das tecnologias digitais se limitava à troca de informação muito direcionada, não havia a possibilidade de comunicar em grupo, nem essa partilha constante com todos e também não existiam as redes sociais. O DBS menciona que, para a procura das novas bandas, utilizava o *Myspace*. “As coisas eram completamente diferentes...” conclui o entrevistado.

Hoje o festival tem um site e uma *app*, “um elemento importante que as pessoas descarregam e tem a informação toda, além do site. Valorizamos muito essa comunicação digital acima de tudo” menciona o DBS. A equipa do festival utiliza com regularidade várias redes sociais e diferentes ferramentas de comunicação e colaboração online. Como especifica o DBS, utilizam-se constantemente as “plataformas online - nuvens - para armazenar a informação,

para calendarização e para reuniões virtuais”. Entretanto, o DBS salienta que para a comunidade “a tecnologia não é uma área, a tecnologia é, essencialmente, uma ferramenta de comunicação e de aproximação que nós usamos”

O BioLiving é uma iniciativa mais recente, só tem três anos, e encontra-se numa etapa de evolução de uso das tecnologias digitais, que o Bons Sons já ultrapassou. Até agora a associação utilizava as páginas do Facebook e do Instagram para a comunicação externa e o *email*, o *Messenger* e o *Skype* para a comunicação interna. De acordo com as palavras da CBL, a associação está a criar um site que, além de informação sobre a missão e apresentação da equipa, terá também “uma secção de agenda, ou seja dos eventos que vamos organizar e onde as pessoas se podem inscrever, sendo que idealmente as inscrições vão estar disponíveis no site com o formulário da inscrição, por exemplo”. Vai ter, ainda, um campo para fazer a inscrição como voluntário ou sócio da associação. Está previsto também que o site inclua uma forma de contacto direto, para as pessoas terem a possibilidade de enviar um email diretamente através do site.

A CBL lamentou não poderem ter no site todas as funcionalidades desejadas. Por exemplo, gostariam de poder disponibilizar: uma plataforma de partilha de boleias, porque “os eventos são muitas vezes descentralizados e gostaríamos que os nossos participantes partilhassem boleias uns com os outros”; um mapa interativo com “as áreas onde já trabalhamos, com o número de árvores plantadas, ou resultados reais do nosso impacto, com os elementos que tratam da conservação da natureza”; e também uma ferramenta sobre serviços educativos que automaticamente permitisse fornecer a informação sobre o tipo de serviços, os valores, a disponibilidade do serviço desejado.

Entre as barreiras na utilização das tecnologias digitais, ambos os entrevistados referiram:

- A falta de cobertura da rede. “Nós atuamos muito nas zonas rurais e às vezes até gostaríamos de fazer uma publicação ou um vídeo e não temos cobertura de rede móvel para fazê-lo” lamenta a CBL. “Quando as atividades são na nossa sede, são em Frossos, que é uma aldeia (...) a rede e a cobertura da rede do telemóvel é muito fraca, e como nós não temos Internet fixa, levamos *hotspots* ou telemóveis a funcionar como *hotspots* e temos muitas dificuldades até para reunir através do Skype”, relata, constatando que é muito frustrante trabalhar assim.

Neste contexto, a prática adotada no projeto BioLiving foi “ir aos outros locais onde há uma boa rede fixa”, quando precisam de reunir-se por Skype ou partilhar um vídeo. O DBS também referiu que ainda não conseguem oferecer aos participantes “um uso generalizado das tecnologias durante o festival”, uma vez que “não há fibra na aldeia, e para conseguir ter a resposta *wifi*, teríamos de fazer um investimento de cinco mil euros, o que não conseguimos de fazer, pois é muito dinheiro para isso neste momento”.

- Falta de verbas e apoios, acima de tudo, para conseguir ter melhor acesso à Internet e uma presença online mais consistente. Como refere a CBL “não temos site, precisamente por causa dos custos associados e só agora é que estamos a criar o site, mas isso tem precisamente a barreira dos custos”. O DBS mencionou ainda que, para conseguir uma divulgação de informação como “a que eu tinha antes, há 5 anos, com efeito X, hoje se eu quero este efeito tenho de pagar. Basicamente esse é o problema”.

- Falta de tempo. Ambos os entrevistados sublinham que, como uma grande parte da equipa são voluntários e têm outros compromissos além de fazer parte da associação, muitas vezes não têm tempo para dar a conhecer todo o trabalho que está feito. Além disso, como salienta a CBL “não basta criar um website, tem depois que se alimentar, mantendo-o dinâmico e ativo. Na verdade, ninguém tem tempo para criar os conteúdos, portanto baseamo-nos mais no Facebook, que é uma coisa mais imediata a que todos nós temos acesso e mais rapidamente dinamizamos”.

Através da entrevista questionámos também a perceção dos líderes das comunidades sobre as competências digitais (Lucas & Moreira 2016) e a prontidão tecnológica dos participantes para abraçar e usar novas tecnologias de modo a atingirem os seus objetivos (Parasuraman & Colby 2015).

Ambos os entrevistados responderam que a equipa organizadora é muito jovem, totalmente autónoma e bastante ativa na utilização das tecnologias digitais existentes e na experimentação de novas soluções. Já a maioria das pessoas seniores envolvidas nas atividades apresenta muitas dificuldades na utilização das tecnologias e não possui nem equipamentos, nem acesso à Internet. Como relatou o DBS “se falarmos dos avós, das pessoas que têm 70-80 anos, eles não têm essas competências, nem interesse. Depois se baixamos para o nível dos 60

nos já usam o Facebook, partilham as coisas, ficam muito contentes, mas é um uso muito condicionado, muito limitado, muito direcionado”. A CBL comenta que, para chegar ao público mais idoso da associação, tem de contornar esses obstáculos, assim “voltamos ao analógico, às impressões de cartazes, à boca a boca, ou a telefonemas, porque na realidade não conseguimos penetrar através da tecnologia”.

Relativamente às estratégias e recursos aplicados para desenvolver ou melhorar as competências digitais dos participantes da comunidade a CBL relata que “o nosso caso é mesmo aquele extremo das pessoas rurais, que não têm os dispositivos, portanto não adiantaria fazer uma formação neste sentido. Não tendo dispositivos não faria grande sentido”.

Entretanto a CBL relata que conhece alguns casos bem-sucedidos de formação em Tecnologias Digitais realizada nas Universidades Seniores, onde as pessoas estavam já previamente mobilizadas para uma determinada formação e tinham dispositivos disponíveis. A entrevistada salienta que a formação nesta área “poderia ser na Junta de Freguesia, ou poderia ser na Paróquia, mas ter os dispositivos disponíveis seria fundamental, porque a motivação não é tanta que as leve a comprar um computador, mas se houver um computador disponível e até alguém que acompanhe o processo de ensino, a utilização das plataformas, aí funcionaria bem”.

O DBS demonstra a importância de envolver as pessoas seniores “pouco a pouco” na utilização das tecnologias digitais. Por exemplo, através da participação na gravação dos vídeos, o que aproxima as pessoas das tecnologias, porque elas “sabem que vão para lá, têm a noção dos impactos, até porque a prima dos Estados Unidos lhe liga: “Ai vi-te lá no vídeo!”, ou o neto que está no estrangeiro vê e acompanha a evolução da aldeia através das redes”. O DBS sugere ter muito cuidado na comunicação online e “tentar utilizar uma linguagem simples e familiar, para que todos consigam entender o que nós dizemos e se sintam envolvidas”.

A análise dos dados recolhidos através das entrevistas permite-nos constatar que as duas comunidades têm uma perceção positiva sobre o papel das tecnologias nos processos de mediação das suas atividades e utilizam as tecnologias digitais com muita frequência como ferramentas de comunicação e colaboração. Entretanto, as duas comunidades ainda estão a superar grandes desafios na utilização destas tecnologias, no âmbito das atividades desenvolvidas

em zonas rurais, principalmente dificuldades no acesso à Internet, falta de apoios financeiros, baixo nível das competências digitais e falta de equipamentos tecnológicos, o que afeta os participantes locais seniores.

5. CONCLUSÃO

Em modo de conclusão, podemos referir que as duas associações têm objetivos diferentes: o festival Bons Sons visa divulgar a música portuguesa e o projeto BioLiving procura promover a preservação da natureza. Contudo, ambas se esforçam para demonstrar que as comunidades rurais podem desenvolver-se a partir da sua autonomia económica, cultural e organizacional.

Ao observar a dimensão organizacional das comunidades, concluímos que ambas têm muitas características em comum: i) têm objetivos claros que foram definidos de forma coletiva; ii) existe uma liderança eficaz que visa promover a motivação e o crescimento da comunidade; iii) são compostas, na sua maioria, por voluntários cuja diversidade e envolvimento são assim fomentados; iv) as responsabilidades são partilhadas dentro da comunidade.

Em relação à dinâmica de mediação, também foram identificadas várias estratégias comuns para ambas as comunidades, tais como: i) uma ligação forte com o território, através da valorização dos recursos endógenos da região e envolvimento dos habitantes locais; ii) a construção colaborativa do conhecimento por meio de trabalho em rede; iii) a identificação de novas ideias através de *brainstorming*, envolvendo os participantes e os parceiros externos; iv) a capacitação dos participantes e dos habitantes locais através de ações de formação (formais e informais); v) a promoção de projetos emergentes, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Finalmente, sobre o papel das tecnologias digitais, observámos que ambas as comunidades valorizam: i) o uso de tecnologias digitais e plataformas online, como meio facilitador da comunicação e da colaboração entre os participantes; ii) o desenvolvimento de soluções tecnológicas (sites e app) para melhorar a sua presença online; iii) o uso da tecnologia digital como uma estratégia não só para a comunicação, mas também para a inclusão digital, especialmente pensando em participantes seniores.

Os dados recolhidos nas entrevistas estão de

acordo com as conclusões dos estudos que afirmam que as infraestruturas e aplicações de telecomunicações digitais ainda não estão igualmente disponíveis para todos (Brown & Nylander 2009; Marré & Weber 2010). O facto de atuarem em zonas rurais coloca ainda vários desafios na utilização efetiva das tecnologias digitais, que também são comuns para ambas as comunidades. Estes desafios estão relacionados com o facto de os participantes locais seniores terem dificuldades no acesso à Internet, baixo nível de competências digitais e falta de equipamentos tecnológicos. Compreende-se que, para superar estes desafios, é necessário implementar novas medidas políticas que visem a capacitação das comunidades locais e a valorização económica dos recursos endógenos.

Consideramos que o papel destas comunidades é socialmente inovador no modo como se articulam com o território e como dirigem um novo olhar para as áreas rurais, mostrando que elas oferecem grande potencial no desenvolvimento de projetos culturais, turísticos e ambientais.

Concordamos com as palavras do DBS, ao declarar que seria importante estudar “o esqueleto da organização” destas iniciativas, o que permitiria a sua disseminação por outras aldeias “que ainda têm população, pois uma aldeia que já não tenha população é muito difícil de recuperar”, menciona o BS.

Relativamente às limitações de estudo, é importante salientar que a informação recolhida se

baseia em duas entrevistas e a interpretação dessas entrevistas foi realizada pelos autores do artigo. Concordamos com Bortolaso, Verschoore e Antunes (2013) quando afirmam que a perceção dos respondentes é uma limitação inerente ao método utilizado, mas de qualquer forma, esta perceção “serve como balizador para as decisões dos mesmos como membros das redes e pode, portanto, proporcionar informações que mostrem uma parte da realidade” (p. 427).

Esperamos que no futuro possam existir mais estudos sobre iniciativas de inovação regional, que permitam uma recolha aprofundada da informação acerca de como se desenvolvem e se estruturam as comunidades locais, quais são os seus valores e objetivos, quais as estratégias de mediação e as ferramentas tecnológicas que são utilizadas. É importante observar criteriosamente os contextos dessas iniciativas e compreender o como e o porquê desses casos promoverem a inovação e a sustentabilidade social, ambiental e económica do território. Conforme afirmam Gama, Fernandes e Barros (2018) é importante criar uma base de dados constituída por projetos de inovação, o que poderia permitir identificar e compreender melhor como é que é realizada a produção e/ou disseminação da inovação, quais os intervenientes e o tipo de associações que se estabelecem.

BIBLIOGRAFIA

Amorim, Marlene (2015). Empreendedorismo e Inovação Social in Teles, Filipe (coord). *Oportunidades para a Inovação Social e Empreendedorismo na Região de Aveiro Um Território com Identidade*. Universidade de Aveiro.

Autoridade Nacional de Comunicações – ANACOM (2017). *O Sector das Comunicações 2016*. Disponível em: <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1409782>

Bonomi, Sabrina, Ricciardi, Francesca & Rossignoli, Cecilia (2017). Network organisations for externality challenges: how social entrepreneurship co-evolves with ICT-enabled solutions. *International Journal of Knowledge-Based Development*, Vol. 8 nº 4, p. 346-366.

Bortolaso, Ingridi, Verschoore, Jorge & Antunes Jorge (2013). Práticas de gestão de redes

de cooperação horizontais: proporsição de um modelo de análise. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Vol. 16, nº 3, p. 3-16.

Brown, Ralph & Nylander, Albert (2009). Community Leadership Structure: Differences Between Rural Community Leaders' and Residents' Informational Networks. *Journal of the Community Development Society*, Vol. 29, p. 71-89.

Davis, Fred (1989). Perceived usefulness, perceived ease of use, and user acceptance of information technology. *MIS Quarterly*, Vol. 13, nº 3, p. 319-341.

Dias, Paulo (2008). Da e-moderação à mediação colaborativa nas comunidades de aprendizagem. *Educação, Formação & Tecnologias*, Vol. 4, nº 10, p. 4-10.

Etuk, Lena, Rahe, Mallory, Crandall, Mindy,

Sektnan, Michaela & Bowman, Sally (2013). Rural leadership development: pathways to community change, *Community Development*, Vol. 44, nº 4, p. 411-425, DOI: 10.1080/15575330.2012.761639

Eurostat (2017). European ICT survey: "Information and Communication Technologies in households and by individuals". Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=prc_hicp_midx&lang=en.

Farfus, Daniele & Rocha, Maria (2007). Inovação Social: um conceito em construção. *Inovações Sociais*. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS.

Ferreira, Luísa Antunes (2016). *Governança territorial, inovação e turismo sustentável: uma análise comparativa das redes Casas Brancas e Aldeias de Xisto*. (Tese mestrado, FEUC).

Gama, Rui, Fernandes, Ricardo & Barros, Cristina (2018). Redes de Inovação Territoriais na Região de Aveiro- Os Instrumentos de Apoio da Agência de Inovação (ADI). *Revista portuguesa de estudos regionais*, nº 47, p. 95-114.

Gau, Ronald, Ramirez, Edward, Barua, Maria & Gonzalez, Ricardo. (2014). Community-Based Initiatives and Poverty Alleviation in Subsistence Marketplaces. *Journal of Macromarketing*, 34(2), 160–170. <https://doi.org/10.1177/0276146714522265>.

Gil, António Carlos (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.

Gonçalves, Carlos Alberto & de Moraes Meirelles, Anthero (2004). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. Editora Atlas SA.

Graells, Pérez Marqués (2000). Las TIC y sus aportaciones a la sociedad. *Departamento de pedagogía aplicada, facultad*.

Henriques, José Manuel (2013). On becoming healthier communities: Poverty, territorial development and planning. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Vol. 31, nº 1, p. 58-73.

Komninos, Nicos (2008). *Intelligent Cities and Globalisation of Innovation Networks*. (Routledge, Ed.). New York.

Kurantowicz, Ewa (2008). Community Learning. Resources, actions and reflexivity of territorial communities. *Local in Global. Adult Learning and community development*, p. 55-60.

La Due Lake, Ronald & Huckfeldt, Robert (1998). Social capital, social networks, and political participation. *Political Psychology*, Vol. 19, nº 3, p. 567-584.

Lucas, Margarida & Moreira, António (2016). *DIGCOMP—Proposta de um quadro de referência europeu para o desenvolvimento e compreensão da competência digital*. UA Editora.

Malek, Anahita & Costa, Carlos (2014) Integrating Communities into Tourism Planning Through Social Innovation, *Tourism Planning & Development*, Vol. 12, nº 3, p. 281-299, DOI: [10.1080/21568316.2014.951125](https://doi.org/10.1080/21568316.2014.951125).

Marré, Alexander & Weber, Bruce (2010). Assessing community capacity and social capital in rural America: lessons from two rural observatories. *Community Development*, Vol. 41, nº 1, p. 92-107, DOI: [10.1080/15575331003661099](https://doi.org/10.1080/15575331003661099)

Molina, M. Azucena, Olaizola, Julen, Iruarizaga, Jon & Castellanos, Arturo. (2013). Key factors for impelling an innovative social culture. *International Journal of Innovation and Applied Studies*, Vol. 3, nº 1, p. 35-47.

Morgan, Kevin (1997). The learning region: institutions, innovation and regional renewal. *Regional Studies*, Vol. 31, nº 5, p. 491-503.

Parasuraman, Ananthanarayanan & Colby, Charles (2015). An updated and streamlined technology readiness index: TRI 2.0. *Journal of service research*, Vol.18, nº 1, p. 59-74.

Petter, Rodolfo Reinaldo Hermes; Resende, Luís Maurício; Júnior, Pedro Paulo Andrade (2015). Redes de cooperação horizontais e seus níveis de competitividade. *RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, Vol. 11, nº 2, p. 351-380.

Reis, Paula (2012). Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade: uma proposta de intervenção para as aldeias históricas de Portugal de Trancoso e Marialva. <http://hdl.handle.net/10400.26/4073>

Seyfang, Gill & Smith, Adrian (2007). Grassroots innovations for sustainable development: Towards a new research and policy agenda. *Environmental Politics*, Vol. 16, nº 4, 584–603. [Doi.org/10.1080/09644010701419121](https://doi.org/10.1080/09644010701419121)

Tidd, Joe, Bessant, John, & Pavitt, Keith (2003). *Gestão da Inovação: Integração das Mudanças Tecnológicas, de Mercado e Organizacionais*. Monitor.

Timothy, Dallen & Tosun, Cevat (2003). Arguments for community participation in the tourism development process. *Journal of Tourism Studies*, Vol. 14, nº 2, p. 2-15.

Townsend, Leanne, Sathiseelan, Arjuna, Fairhurst, Gorry & Wallace, Claire (2013).

Enhanced broadband access as a solution to the social and economic problems of the rural digital divide. *Local Economy*, Vol. 28, n° 6, p. 580-595.

Verona, Gianmario, Prandelli, Emanuela & Sawhney, Mohanbir (2006). Innovation and virtual environments: Towards virtual knowledge brokers. *Organization Studies*, Vol. 27, n° 6, p. 765-788.

Verschoore, Jorge & Balestrin, Alsones (2008). Ganhos competitivos das empresas em redes de

cooperação. *Revista de Administração USP-Eletrônica*, Vol. 1, n° 1, p. 1-21.

Weber, Max (1987). *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Editora Moraes.

Wenger, Etienne, McDermott, Richard & Snyder, William (2002). *Cultivating communities of practice: A guide to managing knowledge*. Harvard Business Press.

Wenger, Etienne, White, Nancy & Smith, John (2009). *Digital habitats: Stewarding technology for communities*. CPsquare.